



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Coordenadoria de Administração**

EDITAL

Nº do Processo: 014.00000053/2026-28

Interessado: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Assunto: Edição Concurso Moda Inclusiva

EDITAL DO CONCURSO Nº 90001/2026

“Concurso Moda Inclusiva - Edição 2026”

1. Da Apresentação

1.1. A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD torna pública a abertura de inscrições para o “Concurso Moda Inclusiva – Edição 2026”, de caráter cultural.

1.2. A finalidade do Concurso Moda Inclusiva – Edição 2026 consiste em promover o debate institucional acerca da moda inclusiva, bem como fomentar o desenvolvimento de soluções e propostas inovadoras de vestuário destinadas às pessoas com deficiência. O referido concurso tem por objetivo incentivar a criação de vestuário que promovam a acessibilidade e a inclusão social, além de contribuir para a conscientização da sociedade e do setor da moda, visando às necessidades específicas desse público.

1.3. O presente Concurso será dividido nas seguintes categorias:

I – Esporte;

II – Infantil;

III – Adulto Masculino;

IV – Adulto Feminino.

1.3.1. No ato da inscrição, o participante deverá selecionar a categoria na qual irá concorrer.

1.3.2. O participante deverá, ainda, indicar o tipo de deficiência ao qual se destina a proposta de vestuário apresentada.

1.4. Este concurso ocorrerá em duas fases:

1.4.1. Fase 1 - Análise dos projetos (desenhos/croquis e descritivo do vestuário), propostos bem como da documentação do proponente;

1.4.2. Fase 2 - Apresentação das peças confeccionadas em desfile final, com avaliação do Corpo de Jurados.

2. Do Conceito Moda Inclusiva.

2.1. Para os fins deste Edital, considera-se Moda Inclusiva o conjunto de princípios, diretrizes e práticas voltadas à concepção, ao desenvolvimento e à produção de roupas, calçados e acessórios destinados a atender, de forma adequada, segura, confortável e funcional, às necessidades específicas das pessoas com deficiência.

2.2. A Moda Inclusiva fundamenta-se na elaboração de produtos que, desde sua criação e concepção, visam contemplar as diferentes características físicas, sensoriais e funcionais dos indivíduos, não se restringindo à adaptação posterior de itens já existentes.

2.3. O conceito de Moda Inclusiva abrange o desenvolvimento de peças que promovam acessibilidade, autonomia, conforto e ergonomia, assegurando, simultaneamente, a observância de critérios de qualidade, design, estilo, inovação e alinhamento às tendências do mercado da moda, de modo a garantir a inclusão plena, a dignidade e a participação social das pessoas com deficiência, em consonância com os princípios da igualdade de oportunidades e do desenho universal.

3. Dos Participantes

3.1. Poderá inscrever-se no Concurso Moda Inclusiva – Edição 2026 qualquer pessoa física, de todo o território nacional, que atue ou possua experiência nas áreas de Moda, Modelagem, Costura, Design, Estilismo ou Design de Moda, devendo comprovar sua atuação por meio do envio de currículo e/ou portfólio com trabalhos realizados.

3.1.1. No caso de estudantes das áreas de Moda, Modelagem, Costura, Design, Estilismo ou Design de Moda, seja de cursos livres, técnicos ou de graduação, pós-graduação, mestrado ou doutorado, poderão comprovar experiência no campo da moda por meio do comprovante de matrícula.

3.2. Cada participante poderá concorrer em apenas uma categoria, com a apresentação de um único projeto (croqui) para a categoria selecionada.

3.2.1. São pré-requisitos:

I - O projeto deverá ser estritamente individual, não sendo permitidas inscrições realizadas em duplas ou grupos.

II - Não serão aceitas inscrições de pessoas que possuam vínculo profissional ou parentesco, até o segundo grau, com servidores da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD, com integrantes da organização do concurso, com patrocinadores ou com membros do Corpo de Jurados.

III - O projeto inscrito deverá ser original, não podendo ter sido apresentado em outros concursos ou eventos, o que acarretará em sua desclassificação;

IV - O candidato, ao realizar sua inscrição na competição, concorda com todos os termos deste regulamento.

3.3. Fica vedada a participação no concurso de:

3.3.1 – Servidores públicos, empregados públicos ou dirigentes diretamente vinculados à Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD;

3.3.2 - Pessoas físicas ou jurídicas que atuem, direta ou indiretamente, na organização, coordenação, execução, avaliação ou julgamento do concurso;

3.3.3 – Representantes de patrocinadores ou parceiros institucionais.

Parágrafo único. A vedação prevista neste item não se aplica a servidores públicos de outros órgãos ou entidades que não possuam qualquer vínculo com a organização do certame, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

3.4. Ao se inscrever, o participante concorda em ceder integralmente os direitos autorais relativos ao projeto inscrito no concurso ao Estado de São Paulo, que poderá utilizá-los em caráter de divulgação, como também, em livros, apresentações, site, estampas ou quaisquer outros meios, desde que sempre citando o autor.

4. Das Inscrições e Envio dos Documentos

4.1. As inscrições serão recebidas no período de **06 de Maio de 2026 até às 23h59 do dia 31 de julho de 2026.**

4.2. Para se inscrever, o participante deverá preencher a ficha de inscrição disponível exclusivamente no link: <https://forms.gle/ZzXs1e3jMkC6ifKG6>

4.3. Ao preencher a ficha de inscrição e enviar o projeto (croqui e descritivo) para este concurso, o participante declara estar ciente e concordar integralmente com o presente Regulamento.

4.4. Após o envio da ficha de inscrição, o participante deste concurso receberá um e-mail de confirmação da inscrição.

4.5. Para envio da ficha de inscrição, deverão estar anexados os seguintes documentos:

4.5.1. Cópia do RG;

4.5.2. Cópia do CPF;

4.5.3. Cópia do comprovante de residência;

4.5.4. Currículo e/ou portfólio do participante que comprove sua experiência no campo da moda ou design.

4.5.4.1. Em caso de estudantes, comprovante de matrícula ou documento similar que comprove vínculo com entidade de ensino;

4.5.5. Projeto Descritivo: Documento em texto que deve especificar a categoria escolhida e o tipo de deficiência ao qual o vestuário se destina. O conteúdo deve apresentar, de forma clara e organizada, o conceito do projeto, os materiais utilizados, as técnicas de produção empregadas e a justificativa de como o

design proposto atende às necessidades de conforto, usabilidade e ergonomia das pessoas com deficiência. O Projeto Descritivo deverá ser anexado em arquivo PDF legível, conforme o modelo disponível no Anexo 01.

4.5.6. Croquis: Desenhos detalhados das peças propostas (à mão ou em formato digital), contendo todos os elementos que caracterizam o vestuário como inclusivo. Considera-se croqui o desenho da peça, ou do conjunto de peças inter-relacionadas, que compõem a mesma proposta de vestuário inclusivo destinada a pessoas com deficiência. Os croquis deverão ser anexados em arquivo PDF legível.

4.6. O material enviado não será devolvido.

4.7. A inscrição, com o envio do formulário e as documentações previstas nos itens 4.2 e 4.5 caracterizam-se pela fase 1 do presente concurso.

4.8. A ausência, incompletude ou inadequação da documentação exigida poderá resultar na desclassificação imediata do candidato, sem possibilidade de recurso.

5. Da Avaliação - Fase 1 (um)

5.1. Será constituída uma Comissão de Seleção e Avaliação para avaliar os trabalhos inscritos na Fase 1 (um)

5.2. A Comissão de Seleção e Avaliação será composta por 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD e 02 (dois) da Universidade de São Paulo, docentes do Curso de Têxtil e Moda, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

5.2.1. Deverá declarar-se impedido(a) de participação junto à Comissão de Seleção e Avaliação, membro que possua vínculo direto ou indireto, relação pessoal, profissional, comercial ou de parentesco, até o segundo grau, com quaisquer dos participantes do Concurso, ou que, de qualquer forma, possa comprometer sua imparcialidade, independência ou a lisura do julgamento.

5.2.2. Para os fins do disposto neste item, consideram-se, entre outras, situações de impedimento:

I – ser cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta (ascendentes ou descendentes) ou em linha colateral até o 3º (terceiro) grau, de qualquer participante;

II – manter relação pessoal, profissional ou institucional de proximidade relevante ou de antagonismo declarado com qualquer participante, que possa comprometer, de forma direta ou indireta, a imparcialidade, a independência ou a isenção do julgamento;

III – possuir vínculo de natureza financeira, comercial ou contratual com qualquer participante, seja na condição de credor ou devedor;

IV – deter interesse direto ou indireto, inclusive na condição de beneficiário potencial ou donatário, ou manter relação jurídica, econômica ou pessoal que configure expectativa de vantagem, benefício ou interesse futuro capaz de comprometer a imparcialidade, a independência ou a isenção do julgamento;

V – A constatação de qualquer das situações previstas neste item implicará o impedimento imediato da pessoa indicada para compor a Comissão de Seleção e Avaliação, podendo ensejar sua substituição pela organização do Concurso, sem prejuízo da continuidade das atividades da referida Comissão.

5.3. A Coordenação de Desenvolvimento de Programas, da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD, dará suporte administrativo à Comissão de Seleção e Avaliação no que for necessário.

5.4. Os critérios pelos quais os projetos serão avaliados são:

- (i) Adequação da proposta à categoria escolhida e ao tipo de deficiência selecionado, considerando funcionalidade, usabilidade e acessibilidade;
- (ii) Pesquisa, desenvolvimento e inovação, devendo o projeto apresentar soluções criativas, inovadoras e funcionalmente adequadas ao vestuário destinado às pessoas com deficiência;
- (iii) Criatividade, entendida como a capacidade de propor soluções diferenciadas, coerentes e alinhadas ao conceito de moda inclusiva;
- (iv) Originalidade das soluções apresentadas, avaliando-se o ineditismo e a autenticidade da proposta, vedada a reprodução de modelos já existentes;
- (v) Estilo e linguagem de moda, observando-se a coerência estética, o apelo visual e a adequação às tendências do segmento de moda inclusiva.

5.4.1. A pontuação máxima a ser obtida por projeto é de 100 pontos, conforme tabela abaixo:

Critérios de Avaliação	Nota máxima a ser atribuída
Adequação à categoria e à deficiência selecionadas	25 pontos
Pesquisa, desenvolvimento e inovação	20 pontos
Criatividade	20 pontos
Originalidade das soluções apresentadas	15 pontos
Estilo e Linguagem de Moda	20 pontos
Total de pontos	100 pontos

5.5. Em caso de empate na pontuação final, será adotado, como primeiro critério de desempate, a maior nota atribuída ao inciso “i” do item 5.4. Persistindo o empate, serão utilizados, sucessivamente e em ordem hierárquica, as maiores notas obtidas nos incisos “ii” e “iv” do item 5.4.

5.6. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no item 5.5, a Comissão de Análise e Seleção adotará, como último critério de desempate, a maior nota atribuída ao inciso “v” do item 5.4

5.7. A Comissão de Seleção e Avaliação selecionará os 05 (cinco) projetos mais bem pontuados em cada uma das seguintes categorias: Esporte, Infantil, Adulto Masculino e Adulto Feminino, totalizando 20 (vinte) projetos que avançaram para a Fase 2(dois) do concurso.

5.7.1. Na hipótese de alguma categoria não atingir o número mínimo de 05 (cinco) projetos classificados, a Comissão de Seleção e Avaliação poderá completar o quantitativo de 20 (vinte) finalistas mediante a seleção dos projetos mais bem pontuados das demais categorias, observada a ordem decrescente de pontuação.

5.8. A Coordenação de Desenvolvimento de Programas, da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD, procederá à análise da documentação de cada participante, nos termos do item 4.5 deste Regulamento, a fim de verificar a conformidade com as exigências legais e administrativas do Governo do Estado de São Paulo.

5.9. Na hipótese do inscrito não apresentar a documentação exigida no item 4.5 deste Regulamento, será automaticamente desclassificado, passando a Coordenação de Desenvolvimento de Programas, da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD, à análise da documentação do participante subsequente e assim sucessivamente.

5.10. Somente após a análise dos projetos e a devida pontuação, bem como a da documentação dos inscritos, será definida a lista com os 20 finalistas e 05 suplentes para a fase 2 do concurso, pela Comissão de Seleção e Avaliação.

5.11. Das decisões proferidas pela Comissão de Seleção e Avaliação não caberá recurso, em qualquer instância.

6. Da Divulgação dos Resultados - Fase 1

6.1. A divulgação dos 20 (vinte) finalistas ocorrerá a partir do dia **01 de Setembro de 2026**, no sítio oficial do Diário Oficial do Estado de São Paulo <https://doe.sp.gov.br/> e no sítio oficial da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD: www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br.

6.2. Juntamente com a lista dos 20 finalistas, será divulgada a relação dos 05 (cinco) suplentes no dia **01 de Setembro de 2026**, no Diário Oficial do Estado de São Paulo (<https://doe.sp.gov.br/>) e no sítio eletrônico oficial da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD (www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br), podendo estes ser convocados para assumir a vaga, na hipótese de desistência formal de participação por parte de quaisquer dos 20 finalistas ou de não apresentação da documentação exigida nos termos deste Regulamento, a qualquer tempo, até a data máxima do dia 13 de outubro de 2026.

6.3. Após a publicação dos 20 finalistas no Diário Oficial do Estado de São Paulo (<https://doe.sp.gov.br/>) e no sítio eletrônico oficial da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD (www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br), os mesmos receberão a comunicação através de correio eletrônico (e-mail), tendo o prazo de até 10 dias corridos para a confirmação de participação na fase 2 do presente concurso.

6.3.1. Toda comunicação dar-se-á através de correio eletrônico (e-mail), sendo o mesmo válido para a confirmação de participação. A ausência de resposta dentro do prazo estabelecido implicará desclassificação automática, sendo convocados os suplentes, aos quais se aplicará o mesmo procedimento.

7. Da Produção e Apresentação dos Trabalhos - Fase 2 (dois)

7.1. Cada um dos 20 (vinte) participantes selecionados na Fase 1 (um) deverá confeccionar a peça de vestuário proposta para apresentação no desfile final, a

ser realizado no dia **11 de novembro de 2026**.

7.2. Não serão fornecidos materiais, insumos e/ou equipamentos aos participantes. A confecção das peças de vestuário selecionadas será de inteira e exclusiva responsabilidade dos participantes, incluindo todos os custos financeiros dela decorrentes.

7.3. Cada participante deverá definir, previamente, o modelo que utilizará no desfile para apresentação de sua peça. A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD poderá, quando possível, indicar contatos ou prestar orientações de caráter geral, não se responsabilizando, em qualquer hipótese, por selecionar, disponibilizar ou providenciar modelos para a apresentação das criações no desfile da grande final.

7.4. A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD não se responsabilizará pelo deslocamento dos 20 (vinte) finalistas para participação no desfile final, ficando sob responsabilidade exclusiva dos participantes todos os custos relativos a transporte, hospedagem, alimentação e demais despesas correlatas.

7.5. As peças elaboradas pelos 20 (vinte) participantes classificados na Fase 1 serão submetidas à avaliação do Corpo jurado, mediante apresentação em desfile a ser realizado no dia **11 de novembro de 2026, às 18h**, na cidade de São Paulo, podendo o local específico ser previamente informado pelos canais oficiais da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD.

7.6. O Corpo de Jurados será composto por 09 (nove) membros, sendo vedada a participação de pessoas que possuam vínculo profissional ou parentesco, com quaisquer dos 20 (vinte) finalistas do concurso ou patrocinadores.

Distribuição do Corpo de Jurados:

I – Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD

Quantidade: 02 (dois) membros

Perfil: representantes indicados pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD, podendo ser servidores públicos ou profissionais externos, desde que possuam qualificação técnica compatível com o objeto do concurso.

II – Universidade de São Paulo

Quantidade: 02 (dois) membros

Perfil: docentes ou profissionais indicados pela Universidade de São Paulo, preferencialmente vinculados ao curso de Têxtil e Moda da Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, ou comprovada qualificação técnica na área.

III – Representantes da sociedade civil

Quantidade: 05 (cinco) membros

Perfil: profissionais com notório conhecimento e atuação nas áreas de moda, inclusão, acessibilidade ou áreas correlatas.

7.7. Será vedada a participação, no Corpo de Jurados, de qualquer pessoa que possua vínculo direto ou indireto, relação pessoal, profissional, comercial ou de parentesco, até o segundo grau, com quaisquer dos participantes do Concurso, ou que, de qualquer forma, possa comprometer sua imparcialidade, independência ou a lisura do julgamento.

7.7.1. Para os fins do disposto neste item, consideram-se, entre outras, situações de impedimento:

I - ser cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta (ascendentes ou descendentes) ou em linha colateral até o 3º (terceiro) grau, de qualquer participante;

II – manter relação pessoal, profissional ou institucional de proximidade relevante ou de antagonismo declarado com qualquer participante, que possa comprometer, de forma direta ou indireta, a imparcialidade, a independência ou a isenção do julgamento;

III – possuir vínculo de natureza financeira, comercial ou contratual com qualquer participante, seja na condição de credor ou devedor;

IV – deter interesse direto ou indireto, inclusive na condição de beneficiário potencial ou donatário, ou manter relação jurídica, econômica ou pessoal que configure expectativa de vantagem, benefício ou interesse futuro capaz de comprometer a imparcialidade, a independência ou a isenção do julgamento;

V – A constatação de qualquer das situações previstas neste item implicará o impedimento imediato da pessoa indicada para compor o Corpo de Jurados, podendo ensejar sua substituição pela organização do Concurso, sem prejuízo da continuidade das atividades do Corpo de Jurados.

7.7.2 Será designado Fiscal para acompanhamento da atribuição das notas, com a finalidade de assegurar a regularidade, a transparência e a conformidade do processo de avaliação às disposições deste Edital, devendo ser pessoa imparcial, sem vínculo direto ou indireto com os participantes do Concurso, competindo-lhe acompanhar os trabalhos do Corpo de Jurados e comunicar à organização do Concurso eventual irregularidade, sem interferir na autonomia técnica da avaliação.

7.8. O Corpo de Jurados selecionará os 03 (três) trabalhos mais bem classificados, com base na pontuação obtida conforme os critérios estabelecidos neste

edital, os quais farão jus à premiação. A classificação observará a ordem decrescente de pontuação, sendo considerado em primeiro lugar o trabalho que obter a maior pontuação. A divulgação do resultado final, com a indicação dos 03 (três) primeiros colocados, ocorrerá após a conclusão da etapa de avaliação, podendo ser realizada durante o evento oficial de premiação.

7.9. Na etapa final, durante o desfile, o Corpo de Jurados avaliará as peças apresentadas, independentemente da categoria, com base em critérios objetivos previamente definidos neste edital.

I – inovação e criatividade;

II – originalidade das soluções apresentadas;

III – adequação à categoria e ao tipo de deficiência selecionados;

IV – funcionalidade e capacidade de atendimento às necessidades das pessoas com deficiência;

V – viabilidade técnica de produção;

VI – potencial de produção em escala;

VII – Estética e adequação ao segmento.

Crítérios de Avaliação	Nota máxima a ser atribuída
Inovação e Criatividade	15 pontos
Originalidade das soluções apresentadas	15 pontos
adequação à categoria e ao tipo de deficiência selecionados;	20 pontos
Funcionalidade e capacidade de atendimento às necessidades das pessoas com deficiência;	15 pontos
viabilidade técnica de produção;	10 pontos
Potencial de produção em escala;	10 pontos
Estética e adequação ao segmento.	15 pontos
Pontuação máxima por peça	100 pontos

7.10. Em caso de empate, o primeiro critério de desempate será a maior nota dada ao inciso III do item 7.9. Caso persista o empate no resultado da avaliação, serão adotadas, também, como critério de desempate as melhores avaliações dos incisos iv e ii, respectivamente, e em ordem hierárquica, do item 7.9.

7.11. Caso o empate persista, o Corpo de Jurados utilizará, como último critério de desempate, a maior nota recebida no inciso VI do item 7.9.

7.12. Das decisões do Corpo de Jurados, não caberá qualquer recurso.

8. Da Apresentação Final – Desfile

8.1. Para a realização do desfile final, não serão disponibilizados modelos, maquiadores, cabeleireiros ou quaisquer outros profissionais de apoio.

8.2. A produção, a preparação e a apresentação dos looks serão de inteira responsabilidade dos participantes selecionados, inclusive quanto a todos os custos financeiros a elas inerentes.

8.3. A ordem de apresentação dos participantes no desfile será definida por sorteio, a ser realizado previamente, no dia e no local do desfile.

9. Da Premiação

9.1. Todos os 20 (vinte) trabalhos selecionados na Fase 1 (um) receberão, da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD, diploma de menção honrosa, em reconhecimento à participação no Concurso.

9.2. Os 03 (três) primeiros colocados farão jus à premiação em dinheiro, a ser concedida pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD, nos seguintes valores:

9.2.1. Ao terceiro colocado, o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), sobre o qual incidirão os tributos legalmente devidos;

9.2.2. Ao segundo colocado, o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sobre o qual incidirão os tributos legalmente devidos;

9.2.3. Ao primeiro colocado, o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sobre o qual incidirão os tributos legalmente devidos.

9.3. Para fins de recebimento da premiação em dinheiro, os 03 (três) primeiros colocados deverão apresentar, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de realização do desfile final, junto à Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD, por intermédio da Coordenação de Desenvolvimento de Programas, a seguinte documentação:

I – comprovante de situação cadastral regular do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF; (<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>)

II – comprovante de regularidade do CPF do participante junto ao CADIN Estadual (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais); (https://www.fazenda.sp.gov.br/cadin_estadual/pages/publ/cadin.aspx)

III – comprovante de titularidade de conta bancária, de titularidade do participante, mantida no Banco do Brasil;

IV - Cópia do RG.

9.3.1. A documentação referida no item 9.3 deverá ser apresentada presencialmente na sede da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD, junto à Coordenação de Desenvolvimento de Programas, situada na Avenida Mário de Andrade, nº 564, Portão 10, 2º andar, sala 05, Barra Funda, São Paulo/SP, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 10h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, em dias úteis.

9.4. Na hipótese de qualquer dos 03 (três) participantes premiados não apresentar a documentação exigida no item 9.3, ou não atender às condições estabelecidas neste Edital, o respectivo participante será desclassificado para fins de premiação, cabendo à Coordenação de Desenvolvimento de Programas da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD proceder à convocação do participante subsequente na ordem de classificação, observada a mesma exigência documental, e assim sucessivamente.

10. Das Disposições Finais

10.1. O presente Regulamento encontra-se disponível para consulta no sítio oficial Diário Oficial do Estado de São Paulo (<https://doe.sp.gov.br/>) e no sítio oficial da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD: www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br.

10.2. A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD destinará o valor total de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) para fins de premiação dos participantes classificados, observado o disposto neste Regulamento.

10.3. O participante que praticar qualquer forma de fraude, falsificação, adulteração de documentos ou conduta que comprometa a lisura, a transparência ou a regularidade do Concurso será sumariamente eliminado, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas, civis e judiciais cabíveis.

10.4. Fica facultada à iniciativa privada a oferta de prêmios aos participantes classificados, aos finalistas ou a ambos, observadas as diretrizes e condições estabelecidas pela organização do Concurso. As pessoas físicas ou jurídicas que ofertarem prêmios poderão ter sua logomarca vinculada às artes oficiais do Concurso Moda Inclusiva – Edição 2026, desde que atendidos os critérios e as diretrizes previamente definidos pela organização, bem como a legislação vigente e as normas aplicáveis da Administração Pública Estadual.

10.4.1 A relação oficial dos prêmios será divulgada em data oportuna, com antecedência mínima de 10 dia da data do desfile final, em sítio oficial Diário Oficial do Estado de São Paulo (<https://doe.sp.gov.br/>) e no sítio oficial da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD: www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br.

10.5. O participante, ao efetivar sua inscrição, nos termos dos itens 4.2 e 4.3 deste Regulamento, autoriza e cede, de forma gratuita, irrevogável e irretratável, ao Estado de São Paulo, os direitos autorais patrimoniais relativos aos trabalhos inscritos no presente Concurso.

10.5.1. O Estado de São Paulo poderá utilizar os trabalhos inscritos para fins de divulgação institucional, publicação em livros, materiais gráficos, apresentações, sítios eletrônicos, mídias digitais, estampas ou quaisquer outros meios, sempre com a devida identificação do autor.

10.6. A inscrição no Concurso implica aceitação integral e irrestrita de todas as disposições deste Regulamento.

10.7. A organização do Concurso poderá, mediante justificativa, promover alterações neste Regulamento, devendo comunicar os participantes por meio do sítio eletrônico oficial e, quando aplicável, por correspondência eletrônica.

10.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD, por intermédio da Coordenação de Desenvolvimento de Programas, observada a legislação vigente.

11. Da Legislação Aplicável

11.1. Aplicam-se ao presente Regulamento as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como as demais normas legais e regulamentares pertinentes à matéria.

12. Da Justificativa

A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD, criada pela Lei Complementar nº 1.038, de 9 de março de 2008, e regulamentada pelo Decreto nº 52.841, de 27 de março de 2008, tem como missão formular, coordenar e executar políticas públicas voltadas à promoção da autonomia, da acessibilidade e da melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias.

As ações da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD estão em consonância com os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, a qual possui status constitucional no ordenamento jurídico brasileiro.

Nos termos do artigo 1º, incisos I e IX, do Decreto nº 69.470/2025, constitui campo funcional da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD:

I - formular e conduzir políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias;

IX - conscientizar os diversos setores da sociedade sobre os problemas, necessidades, potencialidades e direitos das pessoas com deficiência, abordando, também, as questões ligadas a seus familiares;

Tal atribuição confere à SDPCD legitimidade para a implementação de ações que articulem educação, cultura, trabalho, tecnologia, inovação social e inclusão produtiva, com vistas à promoção do protagonismo das pessoas com deficiência e à ampliação de oportunidades de participação social e econômica.

Nesse contexto, a Moda Inclusiva configura-se como importante instrumento de política pública, ao transcender a simples adaptação de vestimentas e se afirmar como meio de expressão identitária, fortalecimento da autoestima, autonomia, empoderamento e pertencimento social. O vestuário acessível e funcional contribui diretamente para a efetivação da dignidade da pessoa humana, princípio fundamental assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que impõe ao Poder Público e à sociedade o dever de promover a participação plena e em igualdade de condições das pessoas com deficiência em todos os âmbitos da vida social.

Paralelamente, o setor têxtil e de vestuário é reconhecido como um dos segmentos produtivos de maior impacto ambiental em âmbito global. Dessa forma, a incorporação de práticas sustentáveis na cadeia produtiva da moda revela-se não apenas desejável, mas necessária, alinhando-se aos compromissos do Estado de São Paulo com o desenvolvimento sustentável e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente:

- ODS 4 – Educação de Qualidade, ao estimular o aprendizado técnico, criativo e inovador;
- ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ao fomentar oportunidades de empreendedorismo inclusivo;
- ODS 10 – Redução das Desigualdades, ao promover a inserção das pessoas com deficiência no setor da moda;
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, ao incentivar práticas produtivas sustentáveis e inovadoras;
- ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima, ao estimular a redução dos impactos ambientais nos processos produtivos.

Diante desse cenário, justifica-se a realização do “Concurso Moda Inclusiva – Edição 2026”, promovido pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD, como estratégia de fomento à inovação, à inclusão social e à sustentabilidade no campo da moda. A iniciativa visa estimular estudantes, pesquisadores e profissionais das áreas de Moda, Modelagem, Costura, Design, Estilo e Design de Moda a desenvolverem projetos de vestuário adaptado, fundamentados nos princípios da Moda Inclusiva e da acessibilidade universal.

O Concurso busca integrar criatividade, inovação tecnológica e responsabilidade socioambiental, promovendo o diálogo entre inclusão social e práticas sustentáveis, em consonância com as políticas públicas do Governo do Estado de São Paulo.

São objetivos da iniciativa, entre outros:

- I – fomentar o desenvolvimento de soluções inovadoras que promovam conforto, autonomia e representatividade das pessoas com deficiência;
- II – estimular o empreendedorismo social e o fortalecimento da cadeia produtiva da moda com foco em práticas sustentáveis e acessíveis;
- III – ampliar o debate sobre consumo responsável e Moda Inclusiva no setor da moda;

IV – incentivar a articulação entre instituições de ensino, setor produtivo e sociedade civil;

V – valorizar o design universal e o desenvolvimento de produtos que contemplem diferentes corpos, mobilidades e identidades;

VI – consolidar o protagonismo das pessoas com deficiência como criadoras, modelos, empreendedoras e consumidoras de moda.

A proposta dialoga diretamente com o conceito de inclusão produtiva, ao criar oportunidades para a inserção das pessoas com deficiência nas cadeias de valor da moda, tanto nos processos criativos e produtivos quanto na comercialização e divulgação. Ademais, reforça o papel da moda como instrumento de cidadania e de promoção do trabalho digno.

A adoção de práticas sustentáveis no âmbito do Concurso visa, ainda, reduzir impactos ambientais, incentivar o reaproveitamento de materiais têxteis, estimular a inovação tecnológica de baixo impacto ambiental e valorizar processos produtivos éticos e responsáveis.

Impactos Esperados

Com a execução do Concurso Moda Inclusiva – Edição 2026, espera-se:

I – a formação de novos talentos comprometidos com a inclusão;

II – o aumento da visibilidade da pessoa com deficiência no mercado da moda e na mídia especializada;

III – a geração de oportunidades de trabalho e renda, especialmente para públicos em situação de vulnerabilidade social;

IV – a difusão de boas práticas de design inclusivo e produção sustentável;

V – o fortalecimento de parcerias entre o poder público, instituições de ensino e setor privado;

VI – o fortalecimento da economia criativa paulista, com ênfase na diversidade e na inovação;

VII – a redução do desperdício têxtil e o incentivo à reciclagem e reutilização de materiais.

Conclusão

Diante do exposto, a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SDPCD reafirma seu compromisso com a promoção dos direitos humanos, da inclusão social e da sustentabilidade ambiental, em consonância com as políticas públicas de inovação, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável adotadas pelo Governo do Estado de São Paulo.

O “Concurso Moda Inclusiva – Edição 2026” configura-se como instrumento relevante para o fortalecimento de uma sociedade mais acessível, equitativa e consciente, ao fomentar práticas que integram design, inclusão, acessibilidade e sustentabilidade no âmbito da moda.

Por meio dessa iniciativa, o Estado de São Paulo consolida sua atuação na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à promoção da dignidade da pessoa humana, ao estímulo à economia criativa e ao desenvolvimento de soluções inovadoras que contribuam para a efetiva inclusão das pessoas com deficiência.

São Paulo, 05 de maio de 2026.

Cecilia Rodrigues da Silva
Subsecretária de Gestão Corporativa
Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

ANEXO - 1
MODELO DE PROJETO DESCRITIVO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: _____

Categoria Escolhida: _____

Tipo de Deficiência Atendida: _____

2. CONCEITO DO PROJETO

(Descreva de forma clara a ideia central, a inspiração e o objetivo da peça, utilizando até 10 linhas.)

3. SOLUÇÕES DE DESIGN / FUNCIONALIDADES

(Explique como a peça atende às necessidades específicas da pessoa com deficiência, priorizando as quatro principais funcionalidades, adaptações e características inclusivas.)

- _____
- _____
- _____
- _____

4. MATERIAIS UTILIZADOS

(Listar tecidos, aviamentos, acessórios, acabamentos e justificativa de uso)

• Tecido principal: _____

• Aviamentos / Fechamentos: _____

• Acabamentos: _____

• Outros materiais: _____

5. TÉCNICAS DE PRODUÇÃO

(Explique como a peça será confeccionada)

• Modelagem: _____

• Costuras e acabamentos: _____

• Técnicas especiais: _____

6. ERGONOMIA E CONFORTO

(Detalhe como o design favorece a autonomia, a mobilidade, o conforto e a acessibilidade, respeitando o limite de até 4 linhas.)

7. Qual o diferencial da sua proposta? (Justifique em 10 linhas) _____

8. FORMATO DE ENVIO

O Projeto Descritivo deverá ser anexado em arquivo PDF legível, contendo todas as informações acima.



Documento assinado eletronicamente por **Cecília Rodrigues Da Silva, Subsecretaria de Gestão Corporativa**, em 05/05/2026, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0106426528** e o código CRC **F5BE18BB**.